

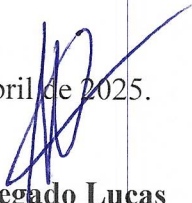


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA
A amiga do rondoniense



P R O T O C O L O	<div>Estado de Rondônia Assembleia Legislativa 06 MAI 2025 Protocolo: 862/25</div>	PROJETO DE LEI	Nº 854/25
	AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS – PP		
		<p>Institui o programa “Educação para Combate à Desinformação”, com o objetivo de capacitar os estudantes da Rede Estadual de Ensino de Rondônia a identificar e combater notícias falsas (“fake news”) e dá outras providências.</p> <p>A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA decreta:</p> <p>Art. 1º Fica instituído o programa “Educação para Combate à Desinformação”, destinado a promover a capacitação dos estudantes da Rede Estadual de Ensino de Rondônia para identificar notícias falsas (“fake news”) e desenvolver habilidades críticas no consumo de informações.</p> <p>Parágrafo único. O programa será implementado nas disciplinas já existentes e por meio de ações pedagógicas específicas, visando à formação de cidadãos críticos e conscientes.</p> <p>Art. 2º O programa “Educação para Combate à Desinformação” terá como objetivos principais:</p> <ul style="list-style-type: none">I – ensinar os estudantes a reconhecerem os elementos característicos de notícias falsas, como a manipulação de conteúdos e a falta de fontes confiáveis;II – desenvolver habilidades de checagem de informações e verificação de fontes;III – promover o pensamento crítico e a análise da confiabilidade das informações em diferentes meios de comunicação;IV – incentivar o uso ético e responsável das redes sociais e outras plataformas digitais;	



P R O T O C O L O		PROJETO DE LEI	Nº
	AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS – PP		
<p>V – conscientizar sobre os impactos negativos da disseminação de notícias falsas na sociedade.</p> <p>Art. 3º O programa divulgará, de forma contínua e acessível, os seguintes conteúdos:</p> <p>I – exemplos de técnicas utilizadas na produção de <i>fake news</i>, como adulteração de imagens, vídeos e informações;</p> <p>II – métodos de verificação de fatos e fontes confiáveis;</p> <p>III – estudos de casos sobre os impactos sociais, econômicos e políticos causados pela disseminação de notícias falsas;</p> <p>IV – a importância do debate crítico e da pluralidade de ideias na era digital.</p> <p>§ 1º As informações serão organizadas de forma a permitir a consulta e o acesso por todas as Unidades Escolares da Rede Estadual.</p> <p>§ 2º As atividades serão realizadas em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso à informação.</p> <p>Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.</p> <p>Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Plenário das Deliberações, 22 de abril de 2025.</p> <p> Delegado Lucas Deputado Estadual (PP)</p>			



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA
A amiga do rondoniense



P R O T O C O L O		PROJETO DE LEI	Nº
	AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS – PP		
<p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Nobres Parlamentares,</p> <p>O presente projeto de lei tem como objetivo central contribuir para a formação cidadã, por meio da capacitação dos estudantes da Rede Estadual de Ensino de Rondônia a identificar e combater a disseminação de notícias falsas (“fake news”). A desinformação, amplificada pelo uso massivo das redes sociais e de outras plataformas digitais, representa uma ameaça crescente à democracia, à convivência social e ao acesso a informações confiáveis.</p> <p>A Constituição Federal, em seu art. 205, dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Nesse sentido, a promoção de uma educação que inclua o combate à desinformação está alinhada ao preparo do estudante para atuar como cidadão crítico e consciente.</p> <p>Outrossim, o art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal, confere à União competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, enquanto o art. 24, inciso IX, permite que Estados e União legislem concorrentemente sobre educação, cultural e ensino. Esse Projeto de Lei respeita tais competências, ao propor medidas que complementam as diretrizes nacional, sem interferir na autonomia do sistema federal de ensino.</p> <p>A proposição está ainda em conformidade com o princípio da publicidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, que exige transparência das ações públicas, incluindo aquelas voltadas para o acesso à informação. A Lei Federal nº 12.527/2011, que regulamenta o direito de acesso à informação, reforça a importância de mecanismos que promovam o esclarecimento e o combate à desinformação, como o proposto neste projeto.</p> <p>No contexto educacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) já prevê o desenvolvimento de competências relacionadas à utilização das tecnologias digitais de maneira crítica, reflexiva e ética. O programa “Educação para Combate à Desinformação” está em perfeita harmonia com esses preceitos, ao propor uma abordagem pedagógica integrada que</p>			



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA
A amiga do rondoniense



P
R
O
T
O
C
O
L
O

PROJETO DE LEI

Nº

AUTOR: DEPUTADO DELEGADO LUCAS – PP


inclui o uso responsável das tecnologias, a identificação de manipulações informacionais e o incentivo à verificação de fontes.

Além disso, dados e pesquisas apontam que a desinformação tem consequências diretas no enfraquecimento de instituições democráticas, no aumento da polarização e no crescimento de discursos de ódio. Formar cidadãos capacitados para combater essa realidade é uma medida preventiva e necessária para a construção de uma sociedade mais equilibrada e justa.

Dessa forma, este projeto não cria despesas significativas ou obrigações extras ao Executivo, pois apenas propõe uma adaptação curricular e a oferta de capacitações específicas.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação desta matéria, que é de grande relevância para o desenvolvimento social e educacional do nosso Estado.

Plenário das Deliberações, 22 de abril de 2025.


Delegado Lucas
Deputado Estadual (PP)